



Anais da Assembléia

Nº 142

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 09 DE SETEMBRO DE 1997

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI
4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo Deputado VALDIR ROSSONI
PDT Deputado WALMOR TRENTINI
PTB Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI
PMDB Deputado ORLANDO PESSUTI
PFL Deputado ELIO RUSCH
PSDB Deputado CESAR SILVESTRI
PT Deputado PERICLES H. MELLO
PPB Deputado AUGUSTINHO ZUCCHI

Representação Partidária

PDT - 11: Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Julio Ando - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni - Walmor Trentini; PMDB - 10: Cleiton Kleise - José Durval Amaral - José Tavares - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PSDB - 09: Albaror Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Lino - José Maria Ferreira - Ricardo Chab - Sérgio Spada; PFL - 06: Basílio Zanusso - Élio Rusch - Hidekazu Takayama - Nelson Garcia - Plauto Miró - Remy Borcato; PPB - 08: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duffio Genari - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Nei-vo Beraldin; PTB - 06: Ademair Traiano - Anibal Khury - Eduardo Trevisan - Geraldo Cantário - Luiz Carlos Alborghetti - Marquinhos Alves; PT - 05: Angelo Vanhoni - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Pericles Mello; PL - 01: Horácio Rodrigues.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 86ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 09 DE SETEMBRO DE 1997
(TERÇA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Neivo Beraldin, secretariada pelos Senhores Deputados Toti Colaço e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Ademar Traiano, Albanor Gomes, Ângelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caio Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duffio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Milton Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2073

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Retirada por 10 sessões, do item 09, 2ª discussão do projeto de lei nº 049/97, de autoria do Deputado César Seleme, constante da ordem do dia da presente sessão ordinária (09/09).

Sala das Sessões, em 09.09.97.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 2074

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Retirada por 10 sessões, do item 07, 2ª discussão do projeto de lei nº 497/96, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante da ordem do dia da presente sessão ordinária (09/09).

Sala das Sessões, em 09.09.97.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 2068

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consagração de votos de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor Vilmar Vargas, do Município de Espigão Alto do Iguaçu - PR.

Requer ainda, que do teor do presente seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 09.09.97.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O falecimento do Senhor Vilmar Vargas, deixou cons-

ternada toda a população de Espigão Alto do Iguaçu.

Filho do Senhor Ivo Machado de Vargas, deixará em todos seus familiares um sentimento de dor e saudades irreparável. Aos amigos e companheiros, uma vida de amizade, alegria e cordialidade.

Por tudo isso, através deste Parlamentar, a Assembleia Legislativa do Estado, cumpre o doloroso dever de se associar à dor e ao pesar recebidos pela família Vargas e a ela endereçar manifestação de votos de sentidas condolências e rogando a Deus para que a todos conforte e ampare.

REQUERIMENTO Nº 2072

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de voto de pesar à família de João Olavo Franco Castro, falecido no último dia 08, vítima de acidente de pára-quedismo, no Município de Guaratuba.

Sala das Sessões, em 09.09.97.

(a) VALDIR ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

Tem o presente, a finalidade de prestar uma última homenagem a este jovem, filho de Rosa Maria de Carvalho Franco Pinto, Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, e que foi vítima de mais um trágico acidente, perdendo a vida aos 22 anos de idade.

Pelo exposto, pedimos o apoio dos demais Pares, no sentido de aprovar o presente Requerimento.

REQUERIMENTO Nº 2075

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto e soberano Plenário, a consagração na Ata da presente sessão plenária votos de pesar, pelo falecimento do jovem João Olavo de Castro Filho, no último dia 08 de setembro de 1997, vítima de uma tragédia ocorrida no litoral do Paraná, quando praticava pára-quedismo.

O jovem João Olavo de Castro Filho, desaparecido prematura e tragicamente, era filho do Coronel João Olavo de Castro e Senhora Rosa Maria de Carvalho F. Pinto, sobrinho do ex-Deputado João Ribeiro Júnior, primo do atual Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, primo do Conselheiro Quielise Crisóstomo, primo do ex-Deputado Ivan Ruppel e Antonio Ruppel e sobrinho do ex-Deputado e General Alipiel Aires de Carvalho.

O tempo e a distância, jamais apagarão do coração de todos os seus familiares, amigos e companheiros, a lembrança e o carinho daquele que fez de sua vida um exemplo de honestidade, trabalho e dedicação à sua profissão e aos seus semelhantes.

Requer outrossim, o envio de correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 09.09.97.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO Nº 2080

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consagração de votos de profundo pesar, pelo falecimento do jovem João Olavo de Castro Filho, do Município de Curitiba.

Requer ainda, que do teor do presente, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 09.09.97.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

O falecimento do Jovem João Olavo de Castro Filho, estudante universitário e desportista, deixou consternada a comunidade de Curitiba.

Deixará em todos seus familiares um sentimento de dor e saudade irreparável. Aos companheiros, uma vida de lealdade e amizade. Uma vida de alegria e pura cordialidade.

Por tudo isso, através deste Parlamentar, a Assembleia Legislativa do Paraná, cumpre o doloroso dever de se associar à dor e ao pesar recebidos pela família Castro e a ela endereçar manifestação de votos de sentidas condolências.

cias e rogando a Deus para que a todos conforte e ampare.

REQUERIMENTO Nº 2069

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados no anais da Sessão de hoje, Voto de Congratulações ao Sindicato dos Médicos Veterinários do Paraná, alusivos à comemoração do Dia do Veterinário, no dia 09 de setembro.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Presidente daquele sindicato, Dr. Gerson Luiz Goulart, através de correspondência a ser encaminhada à Rua São Joaquim nº 400, CEP 80210-330, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 09.09.97.
(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2070

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados no anais da Sessão de hoje, Voto de Congratulações à Sociedade Paranaense de Medicina Veterinária, alusivos à comemoração do Dia do Veterinário, no dia 09 de setembro.

Requer ainda, que do presente se dê ciência à Presidente daquela sociedade, Dra. Elza Maria Galvão Ciffoni, através de correspondência a ser encaminhada à Rua São Joaquim nº 400, CEP 80210-330, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 09.09.97.
(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2071

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados no anais da Sessão de hoje, Voto de Congratulações ao Conselho Regional de Medicina Veterinária do Paraná, alusivos à comemoração do Dia do Veterinário, no dia 09 de setembro.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Presidente daquele conselho, Dr. Paulo Moreira Borda, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Brasília Itiberê nº 356, CEP 80210-060, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 09.09.97.
(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2081

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, o envio de Voto de congratulações, ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Paraná, pela comemoração do Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, a ser comemorado no dia 10 de setembro do corrente.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando envio de cópia do presente homenageado.

Sala das Sessões, em 09.09.97.
(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 2082

Senhor Presidente.

Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o plenário, respeitosamente, REQUER, o envio de voto de congratulações, ao Sindicato dos Médicos Veterinários do Estado do Paraná, pela comemoração dos 29 anos de regularização da profissão Médico Veterinário no País, comemorado no dia de hoje.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio de cópia do presente aos homenageados, representados na pessoa do Presidente do Sindicato dos Médicos Veterinários do Paraná, Dr. Gerson Luiz Goulart, Rua São Joaquim, 400, CEP 80.210-330, Curitiba, Paraná.

Sala das Sessões, em 09.09.97
(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 2083

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o Plenário, o envio de telegrama às autoridades relacionadas, conforme texto anexo, visando garantir aos produtores rurais de nosso Estado a prorrogação da parcela a vencer neste mês e ano, referente a securitização de dívidas agrícolas, autorizada pela Lei Federal nº 9139, de 29.11.95 e Resolução Bacen nº 2.238, de 31.01.96.

Sala das Sessões, em 09.09.97
(a) CAÍTO QUINTANA
Apoio: TOTI COLAÇO

TEXTO DE TELEGRAMA

"A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, solidária com o grave problema que afeta nossos produtores rurais, na sua grande maioria minifundiários produtivos, requer tratamento igualitário na prorrogação da parcela com vencimento no final deste mês, para 31 de março de 1999.

Somos um Estado com produção agrícola de gêneros alimentícios, muitos deles responsáveis pela manutenção da cesta básica, e não é justo punir quem apenas pede uma prorrogação, quando o preço de mercado muitas vezes não cobre o de produção.

As entidades de classe e representações políticas saberão cobrar em qualquer instância a sobrevivência de nossa agricultura.

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná"

Autoridades:

BENEDITO ROSA

Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura

Deputado SILAS BRASILEIRO (PMDB-GO)

Coordenador da Frente Parlamentar de Agricultura

GERALDO FONTELLES

Coordenador da Área Agrícola do Ministério da Fazenda

ARLINDO PORTO NETO

Ministro da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária

PEDRO SAMPAIO MALAN

Ministro da Fazenda

Deputados Federais do Paraná

Senadores do Paraná

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 433/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação de Proteção à Maternidade e a Infância - APMI, com sede e foro na Cidade de Engenheiro Beltrão.

Artigo 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.09.97
(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, com sede a Rua Engenheiro Keller, 865 em Engenheiro Beltrão, constituída sob forma de sociedade civil, pessoa Jurídica de Direito Privado, filantrópica, sem fins lucrativos, que terá duração por tempo indeterminado, sem distinção de sexo, raça, cor, nacionalidade, política ou outra natureza.

A APMI, tem por finalidade a proteção e assistência à

Maternidade e à Infância em Geral, velando pela saúde, o bem estar e as necessidades da criança e da gestante especialmente, proporcionando a proteção antes, durante e após o parto; assistência médica à criança e a gestante; assistência alimentar, proteção e educação das crianças órfãs e abandonadas que vivem em vias públicas; proteção, tratamento e educação de crianças com defeitos físicos, mentais e sociais; proteção, recreação e educação de crianças que as mães trabalham fora do lar; divulgação dos preceitos de higiene, puericultura, recreação orientada e educação física dirigida, outras iniciativas ou empreendimentos médico-sociais em favor da maternidade e da infância.

A documentação que instrui este projeto, encontra-se dentro dos ditames da Lei 6994/78 que dispõe sobre a matéria.

Desta forma, esperamos o devido apoio e consequente aprovação a esta proposta de leis que visa reconhecer publicamente o esforço e o trabalho dessa entidade em favor da comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 434/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a CRECHE RISOLETA NEVES, com sede e foro na Cidade de Umuarama.

Artigo 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.09.97
(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, com sede a Rua "D", s/nº, Jardim Cruzeiro, na cidade de Umuarama, constituída sob forma de sociedade civil, pessoa Jurídica de Direito Privado, filantrópica, sem fins lucrativos, que terá duração por tempo indeterminado, sem distinção de sexo, raça, cor, nacionalidade, política ou outra natureza.

A CRECHE RISOLETA NEVES, tem por finalidade proporcionar o bem estar do menor provindo de família carente; atendimento às necessidades básicas de saúde, educação (estimulação à coordenação motora das crianças, atividades pedagógicas trabalhando a coordenação motora fina e grossa com diversas atividades lúdicas), nutrição (alimentação), segurança social, saúde, amor e compreensão visando o desenvolvimento saudável da criança; e integração do menor na sociedade;

A documentação que instrui este projeto, encontra-se dentro dos ditames da Lei nº 6994/78 que dispõe sobre a matéria.

Desta forma, esperamos o devido apoio e consequente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa entidade em favor da comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 435/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente Cultural e Recreativa de Ponta Grossa, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.09.97
(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Beneficente Cultural e Recreativa de Ponta Grossa, situada no Município de Ponta Grossa, que ora pretendemos seja declarada de Utilidade Pública, foi fundada em 05 de fevereiro de 1993, com a finalidade de proporcionar melhores condições sociais, econômicas, sanitárias e assistência aos seus associados e suas famílias, procurando assim, promover o desenvolvimento da vida

comunitária do bairro e da região.

Entendendo que o trabalho desenvolvido pela referida entidade é elogiável, sem fins lucrativos, que não remuneramos seus diretores, e que para a manutenção de sua política e filosofia de ação contará com a busca de recursos públicos e da iniciativa privada, o mínimo que poderíamos fazer para ajudar esta entidade pontagrossense, e que muito reverte para a comunidade carente local, é contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente Projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 436/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - A.P.M.I. de Santo Antônio de Caiuá, com sede e foro no Município de Santo Antônio de Caiuá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.09.97

(a) WALMOR TRENTINI
JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - A.P.M.I. de Santo Antônio de Caiuá, é uma associação civil, fundada em 25 de janeiro de 1967, sob os auspícios do Departamento Estadual da Criança, com número ilimitado de associados, por tempo indeterminado sem fins lucrativos, de duração ilimitada, com sede e foro no Município de Santo Antônio de Caiuá.

São objetivos da associação, discutir, colaborar e decidir sobre as ações para a assistência à Maternidade e à Infância em geral, durante e depois do parto, com assistência médica à gestante à criança e à nutriz.

Assistência ao menor abandonado, tratamento e educação de crianças com defeitos físicos, mentais e sociais, recreação e educação cujas mães trabalham fora do lar. Divulgação dos preceitos de higiene, puericultura, recreação orientada, de crianças e serviços sociais, por meio de palestras e cursos, exposições e outros meios de propaganda, além de outras iniciativas ou empreendimentos médico-sociais em favor da maternidade e da infância.

Esta associação civil necessita receber os benefícios da legislação estadual referente à declaração de utilidade pública tendo em vista os motivos retro, contamos com o apoio dos nobres pares desta Casa de Leis, para a aprovação da proposição que ora apresentamos.

PROJETO DE LEI Nº 437/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alto Piquiri.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.09.97
(a) CLEITON KIELSE.

JUSTIFICATIVA:

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alto Piquiri, tem como objetivo principal, assegurar os direitos dos trabalhadores rurais, no setor jurídico, além de defender o melhor preço mínimo aos produtos dos pequenos produtores rurais e outras reivindicações de caráter importante à classe.

Oferece ainda, assistência médica, ambulatorial, laboratorial e odontológica, através de médico, dentista e enfermeiras, exame de prevenção ao câncer da mulher, oftalmologista, além de outros exames realizados via convênios com médicos e hospitais credenciados.

Tendo em vista tão nobres serviços e atividades desenvolvidas por esse Sindicato, é que se espera a aprovação do presente projeto de lei por essa Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Concedo a palavra no Pequeno Expediente ao Sr. Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero deixar registrado uma vez mais a minha preocupação com relação à Securitização das dívidas Agrícolas. Começa a vencer a partir de outubro e a preocupação dos nossos agricultores é muito grande. Chegamos mais do que nunca que as instituições financeiras do nosso País estão cobrando juros, correção monetária, UFIR, TJLP, TR, muito acima da inflação estabelecida na época. Desta feita, para que este assunto não fique totalmente esquecido nesta Casa, fica registrado de minha parte mais uma vez esta nossa preocupação.

E o segundo assunto que me traz a esta tribuna, é para deixar também registrada a nossa preocupação com relação às invasões de terras que estão acontecendo dentro do nosso Estado. Diariamente somos pegos de surpresa via televisão, via imprensa, aonde os confrontos entre os possuidores da terra e os sem-terra já estão extrapolando todas as fronteiras e nós, se o governo do Estado do Paraná, se esta Casa, enfim, as lideranças políticas do nosso Estado, não tomarem medidas urgentes e colocarem alguém que possa realmente intermediar esta situação, teremos um triste quadro porque o derramamento de sangue está bem próximo desta realidade. Quem acompanhou nestes últimos dias, invasão de terra que aconteceu no Norte do nosso Estado, pode ver claramente que as duas partes estão se armando se armando, indo para o confronto direto. Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fica aqui registrada a nossa preocupação conclamando principalmente as lideranças do governo que possam interferir, ou melhor, interceder junto ao governo do Estado do Paraná para que tome medidas urgentes, e tenha coragem para tomar algumas decisões, porque senão teremos, nas próximas semanas, um quadro muito triste porque o clamor, a tensão no campo é muito grande.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados. O que traz hoje a esta tribuna são justamente os fatos lamentáveis que vêm acontecendo no Norte do Estado do Paraná, especialmente na Região compreendida por Porecatu, Alvorada do Sul, Centenário, Florestópolis, Bela Vista e Sertãozinho, além de Primeiro de Maio.

O Paraná, para aqueles que talvez não conhecem a ocupação fundiária do Norte do Estado, foi colonizado pela companhia de melhoramentos do Norte do Paraná, uma empresa que ao colonizar, ao fazer a ocupação espacial do nosso Norte do Paraná, fez talvez a melhor reforma agrária que já pudéssemos ter contemplado neste Estado.

Foram lotes de cinco, dez, quinze, vinte e vinte e cinco alqueires, raramente um lote acima desta medida. Estamos vendo isto justamente para facilitar o plantio do café inicialmente, e depois para que as famílias de colonos, mineiros, paulistas que lá se estabeleceram pudessem fazer a ocupação e o cultivo do solo. A partir do final da década de sessenta, quando tivemos os nossos cafezais dizimados pela geada, e mais propriamente, no final dos anos oitenta, início dos anos noventa quando tivemos dificuldades no cultivo do algodão, tivemos uma transformação muito grande, onde houve a polarização das culturas em trigo e soja, e grande parte ocupados pelos proprietários que arrendaram, que anexaram terras de outros vizinhos. E, assim o Norte teve uma mudança na configuração inicial. Para ficar mais precisamente na Região de Porecatu, Centenário, onde tínhamos até há pouco tempo atrás, uma extensão vasta de cultivo de algodão e, em função dos preços, e em função da queda da produtividade e das questões de cotação de mercado internacional observamos que os proprietários não tiveram mais condições de fazer a sua terra produzir. E, aí inventou a parceria, o arrendatário. Só na Região de Centenário do Sul, Porecatu, Florestópolis grande parte das propriedades acima de vinte alqueires sofrem o sistema de arrendamento e de parcerias. Mas, estamos a presenciar nes-

tes últimos dias e nos últimos meses as invasões de terras que não se contêm. E apenas e tão somente ocupar as terras improdutivas, mas estão avançando sobre as terras produtivas, sobre terras onde arrendatários já vêm cultivando o solo há cinco, seis, sete, oito, dez até quinze anos. É o caso da Fazenda Santa Rita de Jacutinga, uma fazenda de 400 alqueires, dos quais 210 totalmente arrendados pelo Sr. Joaquim, Sr. Antonio e pelo Sr. Orlando. Estes foram expulsos da terra ficando lá o seu produto e, no caso do Sr. Joaquim a própria casa dele servindo de hipoteca pelo dinheiro que sacou do Bco. do Brasil para financiar a produção do seu lote. E, observamos que está havendo uma desenfreada medidas de invasão que não corresponde ao anseio da sociedade, e tenho certeza nem desta Casa, porque ninguém aqui é contra a reforma agrária, mas podemos admitir do Estado a usurpação que está acontecendo no campo, especialmente sobre terras produtivas. É lamentável quando estamos a observar no município de 1º de Maio acontecido na sexta-feira oito dias atrás, quando uma propriedade de 58 alqueires totalmente produtiva. É uma gema até porque faz a borda da Represa de Capivara. Duas famílias compostas de: um pai, e esposa e mais três filhos e uma outra de um casal e mais cinco filhos foram expulsos às 10:30 da noite sobre violência aonde teve a sua casa destruída e sobretudo ocupada por aqueles que se dizem sem-terra. Mas, tenho certeza que não pertencem ao movimento. E se o Paraná e se o governo do Estado, não tomarem as medidas de reintegração de posse de forma urgente, de forma assertiva, vamos em breve estar observando um verdadeiro derrame de sangue como aconteceu em Jundiá do Sul.

Não podemos simplesmente, Sr. Presidente e Srs. Deputados, contemplar esta situação, são arrendatários que produzem, e estão lá, têm as notas fiscais, têm fotos do tipo de lavoura e do tipo de produção que fazem notas fiscais de 88, 96, 95, 93 que comprovam que são arrendatários e que a terra é produtiva. Então em função disso precisamos solicitar urgente ao governo do Estado e sobretudo a Secretaria de Segurança Pública, que faça cumprir a ação de reintegração de posse, por que não dá para contemplar esta situação e o arrendatário, e aquele que está trabalhando, aquele que está lavrando, aquele que está colocando o produto, a comida, na mesa do brasileiro não tem a quem recorrer. Não tem a quem se valer. Vê a sua lavoura sendo saqueada a sua casa desrespeitada e não tem uma autoridade que se possa valer. Porque vai no juiz como tem a reintegração de posse aqui da fazenda Bela Vista que o Tavares bem conhece, do Orlando Palma aonde teve, o arrendatário que tinha 52 alqueires de milho plantado teve que fazer peripécias para tirar parte do produto. E a reintegração de posse está aqui, baixada no dia 15 de agosto, pelo juiz da Comarca de Bela Vista e até hoje não cumprida.

Temos mais de 60 reintegrações de posse, que o Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança não fez cumprir. Então, é hora desta Casa se posicionar, já conversei com o Presidente da Comissão de Terras e Cartografias, Imigração, companheiro Lino, e há necessidade que tomemos uma atitude, porque a situação é grave, a situação hoje não está na invasão de terras improdutivas, mas está sim, de forma violenta de terras que são produtivas e que estão cumprindo a sua finalidade.

Cinquenta e oito alqueires não representam módulo para desapropriação, são duas famílias que simplesmente, expulsaram os verdadeiros proprietários, que é o Orlando do Nascimento, também já com um processo judicial. Não existe Deputado Romanelli nenhum banco público envolvido em financiamento. E além do mais, este cidadão Orlando do Nascimento, tem um sistema de lavagem de sacarias que gera 15 empregos dentro da propriedade, e hoje nem a ela mais pode ter acesso.

É uma situação extremamente lamentável, que não podemos tolerar e o governo do Estado tem que agir rápido de forma definitiva, para que não tenhamos outros exemplos de Jundiá do Sul. Porque, ninguém em sã consciência é contra a reforma agrária. Não podemos admitir o fato que aí está.

Solicito ao Senhor Presidente, o Horário da Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Pois não. V.Exa.

tem o horário do PSDB.

O SR. JOSE MARIA FERREIRA - Eu lhe agradeço. E dessa forma concedo o aparte ao Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Aparte) - Deputado José Maria Ferreira, eu quero cumprimentar a Vossa Excelência pela forma que conduz vosso pronunciamento da tribuna desta Casa. Pronunciamento sereno, tranqüilo mais muito firme, no que diz respeito aos problemas que estão acontecendo no Estado do Paraná, referente as invasões de terras, referentes as ocupações e referentes também, por que não dizer as ações desastrosas tanto do lado dos sem-terra como dos proprietários rurais do nosso Estado e se isso está acontecendo, na minha avaliação pessoal é porque o poder público tem sido omissor na condução desse processo. Não há nenhuma ação mais efetiva da parte do governo do Estado para que possamos ver restabelecida no meio rural, a paz, a ordem e a tranqüilidade. De um lado os trabalhadores rurais sem-terra em busca de sua terra, agindo muitas vezes de forma não aconselhável como nesse episódio de Jundiá do Sul e muitas vezes, os proprietários rurais no afã e no desespero, em função da ameaça que ronda a sua propriedade, adotam posturas com as quais nós não podemos concordar. Agora há que se registrar o episódio de Jundiá do Sul no último final de semana, realmente reveste-se da maior gravidade e o governo do Estado tem que tomar medidas urgentes, firmes e concretas, para que possamos tomar toda a situação, para que nós possamos não permitir a proliferação de atitudes e atos como este que aconteceram em Jundiá do Sul.

Nós estamos muito preocupados e estávamos ontem conversando com o Deputado Edson Silva Lino que é o Presidente da Comissão de Terras da Assembleia Legislativa, sabemos da parte dele que ações já vêm desenvolvendo e já promoveu alguns levantamentos junto a organismos estaduais para saber a situação dessas ocupações, dessas invasões, dos pedidos de reintegração de posse, enfim, ele já está tomando as suas providências e nós, na condição de presidente do bloco Agropecuário junto com o Deputado Augustinho Zucchi que é da Comissão de Agricultura, deveremos sim nos somar ao Deputado Edson Silva Lino e aos demais Deputados para que possamos estabelecer um canal de conversação, um canal de diálogo de forma a estabelecer a ordem e a paz no meio rural, porque, segundo os levantamentos que nos entregou na semana passada a Federação da Agricultura do Estado do Paraná, nós estamos com quase uma centena de propriedades rurais invadidas ou ocupadas, como queira a terminologia usar neste momento.

Temos que estar atentos a isso. Quero me somar a V. Exa. no sentido de pedir ao governo que efetivamente assumo o comando dessas negociações. Estamos vendo pela televisão a manifestação do Secretário Cândido, do Comandante Lara, temos lido no jornal as palavras do governador, mas o que a gente tem visto lá, de concreto no meio rural, é o procedimento das invasões, invasões de áreas improdutivas sim, mas invasão de áreas produtivas. Nós temos visto sim atitudes dos sem-terra e temos visto e permanecidos calados a atitudes dos proprietários rurais que nada contribuem para a solução do problema. Então somo-me a V. Exa. na busca de uma solução, pedindo ao governo do Estado que de uma vez por todas, assumo o comando desse diálogo entre sem-terra e proprietários rurais.

O SR. JOSE MARIA FERREIRA - Obrigado, Deputado Pessuti.

Eu gostaria de transmitir alguns dados da Fazenda Santa Rica, Jacutinga, Município de Porecatu, onde a produção média de milho na safrinha foi de 102 sacas por alqueire, algodão 350 arrobas: soja 110 sacas e o trigo 40 sacas porque houve frustração em função da falta de chuvas.

Aqui temos comprovantes da Coofercatu, a Cooperativa que recebeu a produção. Então não se trata, meu caro Deputado Pessuti, como bem afirmou, de terra improdutiva. São terras produtivas, terras que estão empregando pessoas, que estão gerando riquezas, sobretudo, alimento na mesa do brasileiro. Espero que a Assembleia se solidarize

não com a situação que está, mas sobretudo, com aqueles arrendatários que hipotecaram a casa, carro e que vêm de safras frustradas e hoje não têm como honrar seus compromissos até porque a safra já foi perdida. E o Estado do Paraná, com certeza, também é responsável como instituição para as perdas futuras dessas famílias. Porque elas não têm como subsistir nos próximos meses. Com aparte o Deputado Plauto Miró.

O SR. PLAUTO MIRO - Deputado José Maria, quero fazer algumas colocações com relação ao seu pronunciamento. O nosso Estado do Paraná já tem mais de cem propriedades invadidas pelo Movimento Sem Terra. Nestas áreas invadidas tem mais de 50 com reintegração de posse dada pela Justiça. E nós estamos assistindo dentro do nosso Estado o não cumprimento da Lei pelo governo do Estado do Paraná. Onde aqueles que produzem, que vivem da sua área estão vendo a sua área sendo invadida por essas pessoas que se colocam como do Movimento Sem-Terra, como pequenos produtores. Assisti de perto a invasão de uma área, aqui, no Município de Teixeira Soares. Uma área produtiva! Da onde algumas pessoas que invadiram essa área eram realmente agricultores, mas, uma grande maioria, não tinha nada a ver com a terra. Estava no movimento para tentar ter um pedacinho de terra para o seu descanso, para o seu lazer no final de semana como uma chácara. Enfim, em cima de negociações, aquelas pessoas que lideravam esse movimento entenderam por bem retirar-se dela, para até poder achar uma saída negociada para que não tivesse confronto entre a Polícia Militar que estava, ali, dando sustentação à não invasão e a eles que queriam invadir essas áreas. Mas posso dizer: é uma vergonha o que estamos assistindo no Estado do Paraná. Onde o Poder Executivo não cumpre as medidas judiciais. E está acontecendo o que está acontecendo. Está se perdendo o controle dessas invasões onde essas pessoas ligadas ao Movimento Sem-Terra começam a agredir aqueles que têm terra e já vai virar uma guerra. Porque aqueles que têm a propriedade estão no direito de preservar aquilo que no decorrer de vários anos, de uma vida conseguiram adquirir para dela viver. E nós estamos vendo os dois lados em conflito, em confronto e já já teremos uma guerra.

A responsabilidade é do Senhor Governador Jaime Lerner. Está nas mãos dele resolver esse sério problema que se encontra no Estado do Paraná.

O SR. JOSE MARIA FERREIRA - Agradeço o aparte e sobretudo a afirmativa com que faz da responsabilidade. E só no sentido de que possamos buscar a contribuição para a solução desses fatos. Nós, retomando, Deputado Romanelli, hoje já temos um problema sério na região. Tenho aqui dados da EMATER e do Banco do Brasil, onde na safra passada, só em Florestópolis, eram 38 arrendatários. Este ano 3 contratos de arrendatários estão presentes. Em Porecatu eram 32 arrendatários, hoje só 5 arrendatários foram ao Banco do Brasil e voltaram a produzir. O que está acontecendo? Os arrendatários estão se transferindo para Pontal do Paranápanema, porque estão vendo que lá estão tendo o apoio e não está sendo dado o apoio à produção, aqui, no nosso Estado. Com aparte o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Deputado José Maria, V. Exa. traz à tribuna, desta Casa, um tema importante e atual até porque todos nós vimos, pela televisão, os fatos extremamente graves que ocorreram em Jundiá do Sul. Mas V. Exa. aborda, na verdade, um outro fato que não é do meu conhecimento e certamente não é do conhecimento da maioria desta Casa, de proprietários rurais que tiveram espolladas a sua garantia, a sua posse de uma área legítima constituída. Certamente a lei garante todos os direitos desses proprietários rurais inclusive poderiam eles ter resistido - se fosse o caso - ao avanço de qualquer tipo de invasor dentro de sua propriedade.

Agora quero crer eu aqui o seguinte, Deputado José Maria. O Deputado Plauto colocou aqui e ele é porta-voz, eu reconheço isso dos setores mais conservadores da aristocracia rural do nosso Estado, eu diria desta forma até, dos setores mais tradicionais. Agora, as palavras dele foram muito

próprias aqui. O que falta no Estado do Paraná é comando.

Se por um lado o Governo tem que ter sensibilidade para negociar com o Movimento Sem-Terra, que é um movimento legítimo, por outro lado, o governo não pode deixar que isso transforme numa esculhambação.

Então me parece que, na verdade falta aí o comando, a firmeza. O Governador Jaime Lerner ao invés de se preocupar tanto com a política, com o PFL, com o aliciamento de parlamentares, de lideranças políticas, de ficar correndo atrás de prefeito para mudar de partido, ele na verdade, deveria exercer o seu mandato que o povo lhe outorgou, e ele constituído que está no poder de se ocupar um pouco de expediente do dia-a-dia, do que é governar um Estado como o Paraná.

Parece-me que esta Casa aqui, na verdade, o que tem que cobrar do Governador não é o endurecimento nas posições em relação às invasões e ocupações que acontecem. Muito pelo contrário, o que me parece que nós devemos cobrar uma política consequente do governo do Estado. Como bem disse o Deputado Orlando Pessuti aqui, não adianta nada o Comandante da PM, ou o secretário da Segurança Pública ir na televisão ou no rádio, fazerem discursos zangados, ostensivamente provocativos ao Movimento Sem-Terra, se na prática as nossas polícias efetivamente não fazem uma política de segurança pública que tanto garanta o legítimo Movimento Sem-Terra como também o direito à propriedade.

Parece-me que é necessário que se vire a página do marketing político que este governo faz diariamente e se passe efetivamente a negociar com todas as partes envolvidas e garantir como esse caso que V. Exa. traz à tribuna, que inevitavelmente, pelo seu relato, é um direito legítimo que tem esses proprietários rurais de terem assegurado o seu direito à propriedade. E por isso que V. Exa. faz com justeza um discurso, que é extremamente importante para que se possa na verdade, posicionar a Assembleia Legislativa num caso tão grave como são esses que estão ocorrendo no campo, que o Paraná tem sido campeão das ocupações e dos conflitos da área agrária em todo Brasil.

O SR. JOSE MARIA FERREIRA - Obrigado, Deputado Romanelli pela contribuição que traz a nossa fala hoje nesta tribuna, eu gostaria mais de um vez colocar: não está se ocupando terras improdutivas, o que está ocorrendo é o esbulho daqueles que produzem.

Que às 10 horas ser retirada a força, a família de dentro da propriedade como aconteceu em 1º de maio, é inadmissível e a autoridade que tem o Estado, ao ter o governo, o Estado do Paraná na sua condição de protetor da integridade das pessoas e do patrimônio, não pode ficar alheio a esta Casa não pode se ausentar desta grande responsabilidade. Haveremos de cobrar o governo, o Secretário de Segurança Pública e o próprio Incra, para que pensem e discutam uma política séria de ocupação das áreas improdutivas, mas que nós respeitemos igualmente aqueles que produzem. Muito obrigado Senhor Presidente e obrigado pela tolerância que teve com relação ao tempo.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Deputado Péricles Mello.

O SR. PÉRICLES MELLO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Acompanhei com maior atenção o pronunciamento do Deputado José Maria, Deputado que merece todo o nosso respeito às posições que assume na Assembleia e pelos trabalhos que fizemos juntos através dos quais podemos conhecê-los melhor, e a posição da bancada do Partido dos Trabalhadores é clara, nós somos qualquer tipo de desumanidade e violência como é o caso de Jundiá do Sul onde proprietários de terras foram espancados, violentados. E isso merece o repúdio veemente e a condenação veemente do nosso partido. Como também somos contra que aconteçam ocupações de terras em área de pequenos proprietários, produtivas, acho que não é esse o caminho para se fazer Reforma Agrária e muito menos o MST, entende ser este o caminho para se fazer a Reforma Agrária. Agora, nos preocupa uma coisa, uma coisa que, inclusive a ideolo-

gia dominante, a ideologia conservadora, é mestre em utilizar as exceções para provocar opinião pública uma espécie de restauração conservadora. Isso nos preocupa.

Não podemos aceitar que exceções, atos de violência desumanos, sejam utilizados pela mídia, pela direita mais retrógrada desse Estado, desse País, para incutir na opinião pública a restauração do conservadorismo.

Acho que o país e que o Paraná, já andaram muito. O próprio governador do Estado, desde do Governador Requião, com problemas, como foi o episódio Teixeirainha, avançou no sentido de que entende uma ocupação e terra improdutiva como uma questão social e não como um crime feito por indivíduos. E avançou no sentido de dificultar a violência, na medida em que se nomeia uma Comissão de Negociação que vai participar, impedir confrontos. E essas Comissões que têm sido formadas, têm resolvido vários confrontos. Eu mesmo participei de uma negociação, recentemente, no Município de Teixeira Soares, onde lavradores do MST ocuparam a terra improdutiva, improdutiva, porque o laudo do INCRA, sabe muito bem o Deputado Plauto Miró Guimarães. O laudo do INCRA entendeu que aquela terra era improdutiva, e graças a nossa presença, a presença do Padre Roque, de outras autoridades de Ponta Grossa e de Teixeira Soares, se impediu qualquer tipo de violência, houve negociação, fomos até a casa do proprietário, junto com o Deputado Plauto Miró Guimarães, e da negociação, surgiu a luz, os trabalhadores saíram pacificamente, junto com a Polícia Militar, voltaram para o seu acampamento e esperaram que a negociação tenha efeito, e que o INCRA desapropriasse a terra, mesmo porque a promessa do proprietário foi que, uma parte da terra, ele reconhecia que era improdutiva e aceitava a desapropriação.

Então, não podemos, de forma alguma, usar exceções, extrair do real pequenos casos isolados, por piores que sejam, para colocar a ideologia dominante, a ideologia reacionária, muito forte ainda no Brasil e no Paraná, para provocar uma restauração conservadora. Isso, não aceitamos, porque sabemos que essa ideologia, essa forma de olhar para o real, é mestre em pegar o caso isolado para tentar fazer uma teoria generalizada.

Quando estudei o caso do assentamento de Arapoti, chamado Projeto Poti, que defendi tese de mestrado, parecia que era o senso comum de descobrir no meio daqueles assentados, sofridos, que não tinham nenhuma possibilidade de permanecer na terra, alguém que não tinha muita cultura da lavoura, para usar aquele caso em desqualificar todos os demais assentados com mais tradição que tivesse.

Então, repetimos, jamais poderemos aceitar que utilizem casos como esse para Deputados que pregam, inclusive, a violência contra o MST, como o Deputado Abelardo Lupion, tradição de família, inclusive, pregando que proprietários devem assassinar lavradores indefesos. Isso não podemos aceitar.

Achamos que o governo não deve recuar na sua posição de estabelecer Comissões de Negociação para fazer para reintegração de posse. E por que digo isso? Essa é a única forma de conseguirmos fazer com que a legislação brasileira progrida, avance em direção a Reforma Agrária, porque temos uma legislação que impede, é coercitiva da Reforma Agrária, um exemplo: se o INCRA decreta uma terra improdutiva, ele não pode decretar emissão de posse, porque o proprietário contesta na justiça. Vamos dar um exemplo: Fazenda São Joaquim, em Teixeira Soares, que existe inclusive há mais de dez anos, até agora o INCRA não pôde desapropriar. Sabe por quê? Porque, logo depois do primeiro laudo, o proprietário dividiu a terra em mais de dez propriedades, entrou com um processo na justiça, alegando que a propriedade era menor, não podia ser desapropriada. E até hoje, o INCRA não conseguiu desapropriar aquela propriedade.

E essa a legislação atrasada e retrógrada que relembra as Capitâneas Hereditárias que protegem a propriedade que não tenha função social, inclusive entrando em conflito com a Constituição brasileira que faz com que exista o Movimento Sem-Terra e que seja a única alternativa daqueles que precisam de um pedaço de chão para viver neste país continente a ocupação das terras improdutivas.

Nós, através dos nossos Deputados no Congresso Na-

cional, contribuímos para que esta legislação avance em rumo a pacificação e a reforma agrária efetiva. Como? Apresentamos vários projetos de lei e um desses projetos permite que o governo federal imediatamente tome posse da terra logo depois do Decreto Desapropriatório e distribua a terra para quem precisa de reforma agrária. Se o proprietário se julgar injustiçado pela legislação e pelo laudo do INCRA ele vai recorrer à justiça, mas enquanto não tem fim o caso da justiça os trabalhadores estão produzindo e arando a terra para sobreviver. Se daqui 5, 6 ou 7 anos o proprietário ganhar a ação na justiça provando que o laudo do Estado foi errado ele vai receber o valor do mercado da terra, inclusive os lucros cessantes. Isto sim é tentar fazer reforma agrária e não utilizar casos isolados que merece do PT o repúdio mais veemente por atentar contra a dignidade e humanismo que é uma característica do nosso Partido, a dignidade do ser humano, isto sim é tentar fazer com que a reforma agrária exista e não tentar de forma indireta utilizar este caso isolado para implementar no Paraná uma restauração conservadora, voltando atrás naquilo que nós...

O Sr. José Maria Ferreira - Um aparte, Deputado Péricles?

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Ele fala no Pequeno Expediente e portanto não é permitido aparte.

O SR. PÉRICLES MELLO - Solicito o horário da Liderança do PT, Sr. Presidente. (Assentimento do Sr. Presidente)

O Sr. José Maria Ferreira (Aparte) - Deputado Péricles, nós estamos bem próximos do conceito de reforma agrária. Eu também detendo a terra improdutiva, o latifúndio que não cumpre a função social ele deve estar a serviço da sociedade.

Mas o que eu gostaria de voltar a reafirmar a V.Exa. e a esta Casa é o que está ocorrendo na nossa região, especialmente no norte do Estado, nos Municípios de Centenário do Sul, Porecatu, Alvorada, Primeiro de Maio, Bela Vista do Paraíso, Florestópolis, não é ocupação de terras improdutivas. Tenho a foto aqui. Este é o arrendatário, o nome dele é Donizete, planta 58 alqueires de soja e teve o seu ganha pão expropriado. É talvez uma das melhores terras que temos no interior do Estado e nós não podemos ver as pessoas que trabalham, que produzem serem tiradas a força como foi em Primeiro de Maio, uma área de 58 alqueires. Eu sei que também não deve ser esta a posição do PT, porque aí nós não estaríamos executando a reforma agrária, nós estaríamos provocando e facilitando o banditismo no interior do Estado, e é o que nós precisamos impedir e para isto nós precisamos da autoridade constituída. Para que? Para que quando exista uma ordem de reintegração de posse essa ordem seja executada.

Eu me solidarizo com o governo num aspecto: na preocupação de uma eventual falta de controle da situação, mas para isto o governo tem uma comissão, ele já baixou um decreto aonde convida a Promotoria Pública, aonde convida os vereadores, as lideranças da Pastoral da Terra, a liderança dos Partidos, para que se façam presentes na hora da retirada, da desocupação. É só fazer isto e terá o respaldo da sociedade.

O SR. PÉRICLES MELLO - Obrigado, Deputado José Maria, na verdade concordo com o seu pronunciamento e também o Partido dos Trabalhadores não defende ocupação de terras produtivas e pequenos proprietários, repito isto.

Agora, discordo quando se generaliza em cima de casos específicos, como é o caso de ocupação de pequenas propriedades produtivas, se generaliza que toda integração de posse tem que ser imediatamente cumprida, porque aí é voltar atrás, aí é generalizar a favor da ideologia que não quer a reforma agrária, a favor daqueles setores que tudo fazem para impedir e inviabilizar a reforma agrária. Qual será o voto do Deputado Abelardo Lupion no Congresso Nacional, com relação ao projeto de lei apresentado pelos Deputados do PT, que prevê que o Estado tenha a posse da

terra e distribua a terra logo depois do ato desapropriatório e que negocie na justiça já com os trabalhadores produzindo na terra? É contra. É justamente essa reação conservadora que impede o avanço da legislação de reforma agrária no País, tiveram uma pequena derrota na Constituinte mas depois se rearticularam inviabilizando uma legislação mais avançada da reforma agrária. Por isso, eu não aceito que se generalize o pensamento a partir de casos isolados que merecem também do PT o repúdio, e merece aqueles proprietários que o senhor falou, esse parceiro arrendatário, também a nossa solidariedade e com o trabalhador rural que é. Muito obrigado Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Lideranças: PDT, Declina. PL, Declina. PTB, Declina. PFE, Declina. PFL, Com a palavra o Deputado Reny Borsato.

O SR. RENY BORSATO - Sr. Presidente e Srs. Deputados, nesse final de semana lá no norte pioneiro, no Município de Jundiá do Sul, acompanhava atentamente a palavra do Péricles, do Orlando Pessuti, do Pomanelli, mas quem viu e quem foi lá foi eu na hora, digamos assim, no último suspiro daqueles proprietários, daquelas pequenas fazendas amarrados. Portanto, o que passou na televisão, meus amigos, colegas Deputados, não é nem de três partes uma, vocês nem imaginam o que era ver aqueles homens amarrados e espancados. Portanto, era, para mim que nunca vi uma tragédia igual, acho, não só aqui no Paraná como no Brasil, estamos chegando no fim da picada, porque não é possível proprietários de pequenas fazendas, de 80 e 100 alqueires, os caras invadiram uma fazenda chamada Cordilheira Alta, de cima do asfalto; e mais uma fazenda pequena de 50 alqueires debaixo do asfalto, tinha lá o proprietário chamado Aroldo, e lá se encontrava mais dois fazendeiros, que um tinha 120 alqueires e outro tinha 60 alqueires de terra, e mais dois peões. Aí desceram o Movimento dos Sem-Terra, o líder dos sem-terra, com mais dez pessoas junto. E pediram para o Aroldo que era o dono da fazenda de baixo que eles iam entrar na fazenda. E o Aroldo falou: "Aqui vocês não vão entrar porque a fazenda é minha, tenho só essa fazenda, é o sustento da minha família". E daí colocaram uma carabina no peito do Sr. Aroldo. Naquilo o Aroldo sacou de uma arma e um dos sem-terra se jogou em cima do braço desse fazendeiro e disparou um tiro e deu na coxa do líder sem-terra. Em poucos minutos tinham mais de 50 homens e mais de seis pessoas. Duas dessas escaparam, inclusive uma mulher com uma criança, que tinham vindo rio abaixo, se jogou no rio com essa criança, e foi para a um quilômetro e meio abaixo. Esses quatro, meus amigos, é só para crer o que lhes aconteceu.

Eu fui chamado em torno das três horas da tarde. Eu fui em Jundiá do Sul, na Prefeitura, buscar o prefeito. Ele, com muita coragem, como o Galto o cortou e o Valtér Abas. Ele falou para mim, que não podia ir lá, porque ele estava sendo ameaçado de morte. Eu falei para ele, que naquele momento, eu tinha falado com o jornalista. Ele me disse: se demorar mais de três horas, um deles morre - que era um Sr. com mais de 65 anos, que não tinha nada a ver com a invasão de terra. A fazenda dele não era ali. Eu falei para ele vir junto comigo. Vamos lá negociar com os homens! Ele me disse, que eu estava ficando louco. Louco, não! Vamos lá!

Naquilo, chegou o comando de polícia de Jacarezinho, com sessenta homens armados. Eu chamei o major e disse: não vamos usar violência. Vamos, sim, negociar com os homens. Subimos, eu, o Prefeito e o major. Chegamos na metade do caminho e demos de cara com mais de 50 homens armados de facão, facas e foices. Nos rodearam e nos amarraram, mas no meio deles, tinha pessoas humildes, gente boa. Tinha gente boa no meio, que me olharam e me conheceram: esse é o Deputado Reny Borsato. Esse é o Deputado que me atendeu lá no seu gabinete. Vamos escutar o que ele vai falar! Eles queriam a Maria do INCRA estivesse lá. Eu falei que nós não tínhamos encontrado ela. E, eles diziam, que o Aroldo não saíra vivo de lá. Nós vamos

matar ele, porque ele atirou no nosso líder.

Portanto, com muita conversa, muita luta fiquei sabendo aonde estavam as pessoas amarradas. Pelo amor de Deus, vou dizer francamente para vocês, dá vontade de sair do Brasil. Se vocês vissem de perto, dá para dizer: vamos mudar do Brasil.

Meus amigos, Deputados Estaduais, companheiros que estão aqui me ouvindo, é triste. É triste ver quatro homens amarrados, espancados, arrebatados. Um senhor de 65 anos com apenas 120 alqueires de terra com um monte de filhos, com a cabeça caída, desmaiado, igual a Jesus Cristo, quando foi crucificado. Do outro lado você olha e vê mulher com criança no colo, com dois, três meses, dois anos, passando necessidade e você não sabe o que fazer. Você não sabe se pega e manda a polícia executar todo mundo ou se pega e faz o contrário.

Temos que arrumar uma solução. Custe o que custar temos que arrumar uma solução. Porque hoje o Norte Pioneiro, principalmente a região de Jundiá do Sul, que é perto de Santo Antônio da Platina, naquela região lá estão vivendo o chamado pé-de-guerra. Tudo armado, naquele momento de duas ou três horas que fiquei lá, deve ter passado mais de duzentos automóveis Chevette, Fusca, taxi. A liderança não é pequena. Estamos vivendo no meio pisando em cima de bombas. É mais do que um barril de pólvora. Calto, é bem mais. Você não imagina o que 150 homens armados podem fazer.

Portanto, quero pedir a vocês, que vi de perto, vamos unir, vamos conversar com o governador, vamos conversar com os deputados federais que fazem as leis, para resolver esses problemas. Pelo amor de Deus, não pode acontecer de um cara chegar numa propriedade pequena de 50, 60 alqueires de terra, expulsar o cara, queimar casas, arrebentar toda a cara, queimar os dois carros, mataram oito bois. Isso não tem problema, matar oito bois, pelo menos tiraram a fome de duzentas e tantas pessoas que tinha lá, crianças, e adultos, mulheres.

Portanto, meus amigos, é triste ver essa cena. Concedo a palavra ao Deputado Élio Rusch.

O Sr. Élio Rusch - Deputado Reny Borsato, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ouçõ com muita atenção o vosso pronunciamento. E vejo que V. Exa. está emocionado, porque imagino, só pode sentir na pele quem passou por esses momentos, por essas horas ou para quem tem presenciado pessoalmente. Não tenho presenciado pessoalmente. Vi, ouvi e li através da imprensa. Mas posso testemunhar um fato. Ontem à noite quando estava em casa assistindo a reportagem e passava na televisão, eu e meu filho de 11 anos. E meu filho prendeu a atenção para esse acontecimento que ocorreu em Jundiá do Sul. E quando aquela senhora e um dos líderes daquela invasão da Fazenda, se manifestavam e diziam que tinham que morrer gente mesmo, e aquela senhora dizia eu participei e chutei, dei um coice na boca no corpo daquela pessoa, daquele ancião de 60 e poucos anos de idade, eu me arrepiei na verdade. E meu filho de 11 anos dizia: "morrer tem que morrer aquelas pessoas que estão agredindo". Tive que falar para o meu filho, expliquei para ele o que é uma invasão de terra, e acima de tudo, expliquei para ele o direito à propriedade. Acho que a Reforma Agrária, deve existir. Mas, agora acima de tudo, o direito da propriedade, é o direito mais sagrado do cidadão. É um direito incontestável, aliás é um dispositivo constitucional, a própria lei não permite você invadir a propriedade de alguém. E infelizmente o nosso Estado, o Estado do Paraná, acredito que está vivendo os seus piores momentos das invasões de terra.

Na manhã de hoje Deputado Reny Borsato, tivemos uma audiência com o Chefe da Casa Civil, o Deputado Edgar Bueno, o Deputado Irineu Colombo, o Deputado Sâmis, mais a nossa pessoa e cinco prefeitos da Região Oeste. A Prefeita de Santa Terezinha de Itaipu, Prefeito de São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Serranópolis de Iguaçu, e o Prefeito de Missal. Em relação aquela invasão da Fazenda Mitacore e vejam bem, Srs. Deputados, a Fazenda Modelo do Brasil Deputado Toti Colaço. Isso está sendo invadida. E sabe em qual local, Deputado Reny Borsato? Numa área de manancial, uma área intocável que foi desmatada e fizeram

de tudo e nada pode acontecer.

Ora, chega momentos, Senhores Deputados, que não sei o que é legislação, ou não entendo ou as coisas evoluíram demais. Agradeço o Deputado Reny Borsato. E, uma coisa terá que acontecer. Terá o governo tanto federal, como municipal todos os prefeitos e os governos estaduais da nossa federação tomar uma providência. Não é concebível que, se não bastasse só as invasões, agora são as agressões ao direito à propriedade. Amanhã ou depois será a sua casa incendiada, Senhor Deputado. É isto que temos que combater. E acima de tudo combater as pessoas que incentivam este tipo de marginalidade. O direito à propriedade tem que existir, mas sabemos que existe muito cidadão que precisa de um pedaço de terra para trabalhar, mas não bagunçar, porque estamos vivendo momentos muito tristes, praticamente momentos de guerrilha no nosso país hoje. E, quando a televisão nos mostra isto, e quando V. Exa. vai à tribuna emocionado narrar para nós um fato lamentável, o que aconteceu em Jundiá do Sul, não podemos cruzar os braços e nos calar diante deste episódio. Esperamos que os responsáveis sejam efetivamente punidos.

Muito obrigado.

Sr. Joel Coimbra - Deputado Reny Borsato, me permite um aparte.

O SR. RENY BORSATO - Pois não Deputado Joel Coimbra.

O Sr. Joel Coimbra - Inicialmente quero cumprimentar V. Exa. não apenas pelo brilhante discurso que profere nesta tribuna, mas acima de tudo pela excelente atuação corajosa que teve neste episódio que é relatado.

Tenho certeza que, a ação de V. Exa. foi de fundamental importância para que episódios mais graves não aconteçam mais. É fundamental que este Parlamento se manifeste. Porque todos queremos uma sociedade justa, tranqüila, onde as pessoas se respeitem, as pessoas possam ser atendidas. Não queremos que os sem-terra sejam deixados abandonados e nem que sejam agredidos. Mas não podemos aceitar também que proprietários rurais sejam agredidos da forma como aconteceu. É a responsabilidade do governo. O nosso governo, o Poder Executivo, tanto o Poder Executivo Estadual como o Poder Executivo Federal têm que fazer a autocrítica. É preciso aqui que o governo assuma o seu papel. E, nós da bancada aliada temos que dizer isto ao governo que é nosso aliado. Porque nós Parlamentares muitas vezes levamos a culpa e somos cobrados por uma ação do governo que, devia ter existido há muito tempo. Está havendo negligência na condução desta questão. Está havendo um comodismo. Um comodismo que beira a irresponsabilidade, porque não é possível diante de todos os alertas, vermos as nossas autoridades encarregadas de cumprir a lei, apesar de inúmeras decisões judiciais determinando reintegração de posse, determinando muitas vezes uma série de medidas e o Poder Executivo não cumpre estas medidas. Nunca faltou do Legislativo apoio ao governo. É preciso, portanto, que o governo corresponda ao nosso apoio e, não permita que o nosso povo se envolva nessa situação. Não é possível aceitar o Paraná neste estado de conflagração. Nós, que temos defendido o governo, temos que, neste momento, aceitar a procedência de todas as críticas, e, como disse V. Exa., exigir que alguma coisa seja feita. Temos que restaurar a paz no campo. Quando o sem-terra é agredido a culpa é do governo. E, quando um homem com-terra é agredido a culpa é do governo também, porque cabe a ele dar as condições necessárias para conviver com a sociedade.

É por isso que cumprimento V. Exa. e faço minhas as suas palavras, concordo com elas em gênero, número e grau. Porque é fundamental que o governo dê respostas e acabe de uma vez com todos esses fatos profundamente lamentáveis, que não são da índole do povo paranaense, e, principalmente da índole do nosso povo honrado do Norte Pioneiro. Nossos cumprimentos e pode contar conosco naquilo que for necessário para vencer estas dificuldades.

O SR. RENY BORSATO - Obrigado Deputado Joel Coimbra. Senhor Presidente, tenho a Liderança do PTB. Quero

deixar bem claro que não sou um Deputado que vem aqui na tribuna defender os fazendeiros. Sou um Deputado que defende os direitos, o direito de cada um de nós brasileiros. E vejam bem, sou a favor da Reforma Agrária, mas uma Reforma Agrária justa, uma reforma agrária da terra improdutiva, ou também de uma terra que não seja improdutiva, mas seja negociada com o governo para vender, sou a favor.

Temos que assentar esse povo. Esse povo não tem aonde ir. Mas, nós temos que ter uma responsabilidade. Nós autoridades vamos ter que por ordem na casa. Porque "pelo amor de Deus" os nossos pequenos fazendeiros, o cara que tem 100, 200 alqueires de terra, não estão vivendo mais, não estão dormindo mais. Para você ter uma idéia lá no Norte Pioneiro, já falta gente para ser contratada para cuidar da terra. Terra de 50 alqueires. O cara com 100 alqueires de terra vai ter que contratar 3, 4 homens para cuidar da terra. Pelo amor de Deus, acho que chegamos no fim da picada.

Portanto, temos que arrumar um jeito, uma forma. Digo nós Deputados levando esta mensagem lá para Brasília. E temos que tomar uma atitude, senão amanhã ou depois, a maioria dos desempregados é empregado para cuidar de terras.

Com a palavra Plauto Guimarães.

O Sr. Plauto Guimarães - Nobre Deputado, lhe ouvindo sou testemha daquilo que aconteceu na sua região, da invasão dessa área, aonde a mídia nacional mostrou ao Brasil exatamente, o que aconteceu.

Quero me somar ao seu pronunciamento e dizer que o Movimento Sem-Terra perdeu o controle desse movimento dentro do país. O grande exemplo está aí nesta fazenda que invadiram na sua região e da onde eles não têm mais de dirigir e dizer o que é certo e o que é errado.

E é o medo que tenho, porque a partir da hora que as invasões começam a acontecer da forma como aconteceu, como nós vimos pela imprensa nacional. Pudessemos criar uma guerra, um confronto entre aqueles que aham que têm o direito num pedaço de terra e daqueles que querem proteger a sua propriedade. O famoso direito da propriedade que eles querem guardar, e isso pode acontecer uma guerra, que não queremos ver.

Somos a favor da reforma agrária? Somos. Tem terra improdutiva neste país para assentar todos? Tem. Mas, não dessa forma como vem fazendo o Movimento Sem-Terra de invadir áreas improdutivas para tentar pressionar, invadindo áreas produtivas, como temos aí visto no nosso país afora, e em especial no nosso Estado do Paraná.

Já coloquei aqui há minutos atrás, temos mais de 100 propriedades invadidas, e 50 com reintegração de posse. Eu me somo ao seu pronunciamento, e acho que os governantes têm que tomar uma posição para dar direito a...

O Sr. Ademar Traiano - Concedo o Horário da Liderança do PTB ao nobre Deputado Reny Borsato se interessa.

O Sr. Plauto Miró Guimarães - Só para encerrar, Sr. Presidente e nobre Deputado Reny.

Estamos nos somando ao seu pronunciamento é um momento importante. Difícil e perigoso, que vive o Estado do Paraná e o Brasil. Nossos governantes têm que tomar uma posição para que não aconteça uma guerra no interior do nosso Estado do Paraná, porque estamos sendo tomados por pessoas de Movimento dos Sem-Terra de outros estados que estão vindo para o Estado do Paraná, invadir terras produtivas. Somos contra essa posição.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Vossa Excelência passou além do seu tempo, dez minutos. Tem um minuto para concluir.

O SR. RENY BORSATO - Não queria falar, que fui um herói neste episódio, mas graças a Deus nós estamos felizes em poder libertar os quatro reféns que tinham lá, porque na realidade, na minha campanha política eu sempre falei que era defensor dos menos favorecidos e na realidade, aconteceu isso aí. Se eu fosse um Deputado agressivo, contra os menos favorecidos, certamente teríamos uma tragé-

dia muito grande em Jundiá do Sul. Lá encontrei várias pessoas que foram atendidas pelo meu gabinete. Graças a Deus, retiramos quatro com vida. Um deles está correndo risco de vida ainda, mas se Deus nosso Senhor ajudar, não vai acontecer, vai acabar dando tudo certo.

Obrigado.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Em cima do discurso do Deputado Reny Borsato e dos demais que utilizaram a tribuna e inclusive eu mesmo, gostaria de comunicar que falamos que eram cem fazendas, são cento e uma, porque na verdade, ontem à noite recebi um telefonema em minha casa, em Curitiba onde me informavam que houve mais uma invasão no Município de Laranjal, que fora desmembrado do Município de Palmital e há poucos instantes, através da liderança recebi a confirmação de uma fazenda ocupada. Ontem, pela manhã, quando chegaram seus proprietários, não puderam adentrar na Fazenda Água das Flores que fica no Município de Laranjal. O que está se discutindo nesta tarde aqui e enquanto estamos discutindo e cobrando uma posição firme e corajosa do governo, ao mesmo tempo está acontecendo, já aconteceu ao amanhecer do dia de ontem, mais uma ocupação de uma fazenda em Laranjal. Passa a fazer parte, possivelmente, na Justiça, com a reintegração de posse e depois é aquela ladainha como já foi aqui hoje muito bem colocado, principalmente pelo Reny quando fez um desabafo, porque ele esteve presente e pôde ver de perto o que é uma ocupação com violência, e é o que nenhum de nós deseja.

Portanto, o governo do estado uma vez mais tem que agir rapidamente, sob pena de responder pelas tragédias que possivelmente ocorrerão dentro do nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Com a palavra, o Sr. Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO - Meu tema é sobre um outro problema não menos preocupante para o governo do Estado, que é a questão do reajuste de salário para os servidores públicos e para os professores do Estado do Paraná. Todos os funcionários da Assembleia Legislativa sabem da dificuldade que têm passado - sem reajuste de salário, da mesma forma, os funcionários do Instituto Ambiental do Paraná têm ficado preocupados com a postura do governo do estado na medida em que promove gratificações a setores do funcionalismo público, gratificações a setores do oficialato da Polícia Militar, aumento do cargo em comissões. Ao passo que não atua de forma consistente e atendendo os interesses dos funcionários junto ao IPE, eles então resolveram no dia 29 último, fazer uma grande manifestação em frente ao Palácio. A manifestação que era para contar inicialmente com 5 mil pessoas, segundo a própria Polícia Militar ultrapassou ao número de 10 mil manifestantes.

E foram marcadas várias datas para as discussões e uma delas aconteceu hoje. Para discutir o problema do IPE e daqui uns dias voltarão, esse fórum que agrega os funcionários públicos do Paraná para discutir o problema salarial. Porque há mais de dois anos eles vêem o governo gastar em tantas outras coisas: divulgação na imprensa, obras sem licitação, - como o caso do Canal Extravassor, - aumento de cargos de funcionários, aporte de recursos e o problema com o BANESTADO, isenções de impostos e assim por diante. Ao passo que eles não têm um programa, uma política de atendimento a esse setor do funcionalismo público que precisa de uma resposta. E os funcionários públicos exigem, a priori, que o governo dê transparência nas contas públicas. Aliás, não é uma exigência só do governo do estado, esta Assembleia, a Bancada da Oposição tem, sistematicamente, pedido ao governo os protocolos que têm assinado com a Renault, tem pedido o balancete do ano passado para poder primeiro liberar os recursos do Senado e para que possamos também nós, atuarmos. E nós atuamos e todo mundo sabe, fizemos várias emendas no Orçamento do Estado ano passado beneficiando municípios. Os municípios sobretudo do Oeste do Paraná - que estão hoje, aqui, vários prefeitos, sabem que as nossas emendas foram aprovadas, belas emendas com recursos e não sai recurso. Os Orçamentos são peças de ficção. A transparência do governo não existe!

Então, a priori, transparência do governo fazer com que ele mostre, realmente, a situação que anda o Estado do Paraná. Segundo: que tenha uma política para o servidor público. E aí incluo, também, os nossos funcionários da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, que reclamam há muito tempo de uma atenção, de uma valorização. Importante, então, destacar isso, para que as lideranças situacionistas dos partidos que apoiam o governo, que fiquem atentos porque os funcionários estão se movimentando e não tendo uma agência política de discussão, uma proposta do governo de reposição salarial, teremos greve. E sobretudo dos professores do Paraná, que, segundo tenho observado, se ocorrer uma aliança de Álvaro Dias para o Senado, Jaime Lerner para Governador, aí o Álvaro Dias estava marcado já como inimigo do professor. Aí o Jaime Lerner não tendo uma resposta clara aos professores do Paraná, também vai carregar o seu carimbo. E olhe, a eleição passada, a marca, o divisor de águas foi a atuação dos professores e todo mundo sabe disso. Não só, evidentemente, mas, principalmente, porque expunha - de público, as suas angústias.

Então que o governo tome uma postura, negocie com os professores, sinalize um caminho e, sobretudo, cumpra alguns compromissos: do "Vale Saber" que não paga os professores e do "Cidadão Nota 10" que os computadores não estão chegando na escola, pelo menos perfumaria e paliativos enquanto o reajuste salarial não chega.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Com a palavra, Deputado Caíto Quintana, pelo PMDB.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Srs. Parlamentares, espero dividir rapidamente em duas partes esta colocação da Bancada do PMDB.

Primeiro, Deputado Reny Borsato, ser solidário a V. Exa. que esteve em Jundiá na tarde de ontem, no confronto existente numa propriedade. Mas de dizer a V. Exa., Deputado Reny Borsato, que hoje pela manhã, ouvindo um dos coordenadores do Movimento Sem-Terra do Paraná, o Baggio, ele disse com todas as letras, que aqueles agricultores não fazem parte do Movimento Sem-Terra, portanto, são pessoas independentes.

Segundo, o Município de Jundiá, Deputado Reny, do qual tenho a satisfação de ser por dois mandatos Deputado votado lá, tem sempre tido um carinho muito grande com os assentamentos, tanto que a Fazenda Matilda, há seis, oito anos está lá, de Jundiá, tem o respeito da sociedade, o apoio do poder público, a convivência constante e tem sido responsável por grande parte de produção naquele município.

Portanto, queria lhe dizer o seguinte, Deputado Reny este ato depende exclusivamente do ato da Secretaria de Segurança Pública do Governo do Estado, da Polícia, é um ato de polícia, porque se o Movimento Sem-Terra diz que não tem nada a ver, seguramente a UDR, que é outro Movimento de Proprietários também não têm nada a ver.

Ora, então é um conflito feito por um bando que está disputando alguma liderança regional.

A Secretaria de Segurança precisa urgentemente abrir inquérito policial para purar responsabilidade do a quem doer, tratar como um ato de agressão física a pessoas desprotegidas.

Lhe digo que sinceramente, não contribuí e em nada para Movimento da Reforma Agrária uma ação como aquela praticada em Jundiá, porque se fosse um filme, se fosse uma matéria de reportagem de televisão teria sido passado inclusive num horário talvez não permitido, porque foi cena bárbara, cena que nem sequer deveria passar num horário como aquele, de pessoa, de cidadãos amarrados na roda de uma carroça em torno de uma árvore, necessitando de socorro e sem poder receber socorro.

Quer dizer, se não tomarmos uma atitude urgente nesse caso, estaremos falhando plenamente, que o próprio Movimento Sem Terra não tomará partido em favor dessas pessoas porque extrapolaram o direito da luta pela propriedade, tomando uma iniciativa que seguramente não é o que se pretende.

Mas queria aqui encaminhar no dia de hoje, Sr. Presi-

dente e Srs. Deputados, os jornais têm anunciado que o produtor rural pode rever cálculo de dívida, os jornais estão anunciando isto.

Ora, o que foi determinado na revisão do cálculo de dívida é que os bancos abrirão aos produtores lhe fornecendo o extrato da sua conta para poder saber o que originou o volume de dívidas na securitização.

Ora, isso, Deputado Miltinho Puppio, não refresca nada para ninguém. Ter o extrato da conta e continuar com a dívida vencendo no final do mês não vai resolver absolutamente nada para ninguém. E o que me surpreende é que as próprias matérias estão dizendo que a proposta da Frente Parlamentar da Agricultura não foi aceita na sua totalidade e que o Ministério da Agricultura, propôs a prorrogação de prazo para o pagamento da dívida, apenas para os produtores do Rio Grande do Sul e da Região do Araguaia, no Tocantins, porque tiveram frustração de safra.

Ora! Senhores Deputados, o Estado do Paraná, é um Estado produtor essencialmente de produtos de gêneros alimentícios. A cesta-básica que é o grande carro chefe do Plano Real, tem sido sustentada em grande parte pelos produtores do Estado do Paraná. Vejam bem, o milho vendido a quatro cruzeiros a saca, não paga o custo da produção. E esse nosso agricultor, não vai conseguir pagar a dívida da securitização, não pagando a dívida da securitização, Deputado Toti Colaço, tão empenhado nesta questão, vai provocar o vencimento antecipado da sua dívida, a sua falta, de novo, ao crédito. E, aí mais um problema, por isso, toco os dois assuntos na mesma hora. Aí daqui a pouco o aumento da legião de sem-terras que perdem a sua propriedade pela falta de sensibilidade do recurso ao pequeno agricultor, nem de empréstimo, de prorrogação do seu prazo, que é a única coisa que ele está pedindo. Quando é que vai julgar isso? Amanhã! A decisão é amanhã!

Por esta razão, é que nesta solicitação eu peço "vênia" à Mesa, que se aprovada, passemos por telegrama fonado às autoridades relacionadas.

Um telegrama no seguinte sentido:

(Lê o telegrama)

"A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, solidária com o grave problema que afeta nossos produtores rurais, na sua grande maioria minifundiários produtivos, requer tratamento igualitário na prorrogação da parcela com vencimento no final deste mês, para 31 de março de 1999.

Somos um Estado com produção agrícola de gêneros alimentícios, muitos deles responsáveis pela manutenção da cesta básica, e não é justo punir quem apenas pede uma prorrogação, quando o preço de mercado muitas vezes não cobre o de produção.

As entidades de classe e representações políticas saberão cobrar em qualquer instância a sobrevivência de nossa agricultura."

(Termina de ler)

Se aprovado, vamos a passar por telegrama para que possa estar em mãos das autoridades que amanhã vão se reunir com a Frente Parlamentar da Agricultura, para que haja a prorrogação da dívida do produtor do Paraná. Se isso não acontecer, tenho certeza absoluta, Srs. Deputados, a partir do final deste mês, uma crise sem precedente vai se estabelecer na pequena e média propriedade do Paraná, porque impossibilitado de pagar a parcela de securitização, o nosso agricultor, definitivamente, vai ficar sem condição de empréstimo, que já está tão escasso nas agências bancárias.

Gostaria de ter o apoio e a solidariedade dos Deputados, Deputado Toti Colaço, que assina conosco este Requerimento.

O Sr. Toti Colaço - Deputado Caíto Quintana, é o assunto do momento, hoje, é a angústia maior dos agricultores é essa securitização que começa a vencer a partir de outubro.

É evidente, que nós além de apoiar, vamos subscrever esse documento, elaborado por V. Exa. com o apoio desta Casa, porque nas últimas semanas, não temos feito outra coisa, se não mandar expediente à Brasília, aos Ministérios, às Bancadas Federais, porque não é só a do nosso Estado, alertando todos aqueles que estão em Brasília da gravidade

do fato. Vossa Excelência está de parabéns, meus cumprimentos, porque na verdade se o governo federal, não prorrogar, pelo menos, um ano esta parcela que vai vencer agora, para se dar um tempo para se discutir, os juros que os bancos e as instituições financeiras, colocaram nos contratos das dívidas securitizadas, não há como, o caos será total e absoluto.

Tenho participado de reuniões semanalmente, na semana passada, no final de semana, uma reunião muito grande em São Mateus do Sul, com agricultores, lideranças. Está mais do que claro, Deputado Caíto Quintana, que o governo federal, ao meu ver, uma medida, inclusive, amena para o governo federal, porque os agricultores, não estão pedindo anistia, não estão pedindo perdão das suas contas, enquanto que o governo federal, com o maior respeito, já socorreu os bancos Econômico, Banespa, Banerj e etc., parar por aí para não chegar no nosso Estado. Socorreu com dinheiro vivo as contas, as falcatuas, os furos de caixas, dos bancos. E no entretanto, agora que a agricultura pede, mais uma vez. O que pede? Os agricultores estão pedindo um prazo maior de um ano, para o pagamento dessa parcela. Para que se discuta os juros que eles colocaram naqueles contratos, porque está mais, todos os levantamentos, os dados, pegam extrato de conta de banco, pegam os financiamentos, pegam lá atrás, depois do plano Collor, são contas impagáveis a partir de outubro, se por ventura não vier essa prorrogação para que possamos discutir.

Cumprimento V.Exa. e estaremos evidentemente, subscrevendo também esse documento.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Obrigado, Deputado Toti Colaco.

Só lembro de mais um dado do momento, há recurso público na negociação da Encol, há recursos públicos nas negociações de bancos, há recursos públicos para todas as defesas. Não há recurso público para prorrogação de dívida de pequeno agricultor.

E eu aproveito, vi o Deputado Edgar Bueno, de Cascavel, com quem já estivemos algumas vezes tratando no Banco do Estado a respeito da situação de avicultores da região oeste e sudoeste do Paraná, nós corremos o sério risco hoje quase que a certeza absoluta que no final do ano na empresa que trabalha com frango, da nossa região, fechará as portas na Região Oeste, só na Região Oeste serão 500 galinheiros integrados que vão parar de produzir, de alojar frango, esse pessoal que fez financiamento também dentro de programas de financiamento de governo e mais de 500 pequenas propriedades que estarão impossibilitadas de pagar o seu financiamento.

O SR. EDGAR BUENO - Deputado, só para ilustrar esta colocação, muito apropriada para o momento, eu também gostaria de informar que são mais 500 empregos diretos. Quer dizer, hoje o trabalhador, o pai, a mãe de família, que precisam trabalhar, estão correndo um sério risco até pela desestruturação do nosso pequeno proprietário e nós precisamos colocar aqui a nossa energia, o nosso trabalho em favor deles, porque realmente se pudermos dar a oportunidade para eles continuarem trabalhando no campo, na sua pequena propriedade, com certeza absoluta eles poderão continuar com a chama da esperança de que através do produto do trabalho da sua pequena propriedade eles podem sustentar e criar bem a sua família.

O Sr. Emerson Nerone - Permite um aparte, Deputado? (Assentimento).

Só para ajudar um pouco no pronunciamento, em primeiro lugar parabenizar, o Deputado Caíto Quintana, porque acho que a grande discussão que deve se dar, depois de um ato medieval como presenciamos ontem, o Paraná e o Brasil presenciou ontem, de pessoas talvez sem terra, talvez um bando organizado, não se sabe exatamente o que, mas primeiro esclarecer isto: não são pessoas ligadas ao movimento sem-terra, pessoas ligadas ao MST. É bom lembrar de novo a toda a população, aos Deputados, que 50% de todas as ocupações ou invasões que acontecem neste país são praticadas por grupos não ligados ao MST.

Portanto, quando se fala de sem terra, não se fala obrigatoriamente de movimento sem-terra.

Segundo, o que agrava a situação dos sem terras deste país é justamente a falta de uma política agrícola declarada, uma política agrícola séria, reta, de longa duração, e ao esquivar-se, e aí eu coloco o governo federal e o governo estadual, na discussão de uma política agrícola, o que acontece é um agravamento a cada dia desta situação, que é justamente retomando as suas palavras a cada dia que não temos uma política agrícola definida, temos mais sem-terras, mais pessoas que vêm às cidades, mais pessoas nas favelas justamente porque não há condições de discutir, enquanto os grandes proprietários, enquanto os juros que se negociam para os grandes banqueiros, enquanto os juros que se negociam para a Renault e para outras empresas são juros de primeiro mundo, os juros para os agricultores do Paraná e do Brasil, são juros de Brasil, juros que engordam os bancos.

Portanto, a discussão principal é esta, enquanto o governo federal e o governo do Estado não tiverem uma política agrícola definida ou um programa para o pequeno, o médio, o grande agricultor não é possível discutir nenhum tipo de solução pacífica para o movimento sem-terra ou para os sem terras deste país.

É nesta linha. Quer dizer, com profunda tristeza vimos aquelas cenas. Não é possível concordar com um ato terrível como aquele praticado ontem, mas a gente sabe que aquilo ali é consequência da incapacidade política de gerir através de um programa definido de política agrícola este Paraná.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Para concluir, Sr. Presidente, volto uma vez mais a dizer, o basta nestas atuações depende imediatamente de uma ação pronta de polícia judiciária, abertura imediata de um inquérito para apurar responsabilidades e no encerramento, Deputado Reny, quero parabenizá-lo, e aquelas coisas que acontecem no momento oportuno de agradecer, de V.Exa. estar na região naquele momento e ser um deputado trabalhador e de credibilidade que tenha podido estar presente no ato socorrendo aquelas pessoas, porque lamentavelmente episódios como este em nada vão ajudar o problema social do nosso país, mas para não perdurar no meio da sociedade, Deputado Nerone, acusações de que "não, é o Movimento dos sem-terra; não é o pessoal da UDR, é o proprietário que fez a armação para desmoralizar o Movimento". Nada mais certo do que tratar como tem que ser tratado, é uma agressão física que foi praticada contra pessoas, abre-se um inquérito policial, apura-se a responsabilidade e aplica-se a lei em cima daqueles que sejam faltosos até para desanuviar o clima de tensão que possa estar ocorrendo no Município. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDGAR BUENO - (Pela Ordem) - Só quero fazer uma saudação, e essa saudação faço em nome do Deputado Sâmis da Silva, Élio Rusch, do Colombo, para essa grande Prefeita Ana Maria Carlessi que tem demonstrado a sua capacidade, a dedicação da mulher dirigindo um município como Santa Terezinha do Itaipu com o braço firme, com maior competência e com a maior admiração de todos nós. Parabéns, e quero registrar aqui que a sua presença nos honra, volte sempre, para nós é sempre uma alegria receber uma Prefeita da sua capacidade e da sua competência.

O SR. PRESIDENTE - (Luiz Cláudio Romanelli) - A Mesa se associa a Vossa Excelência e registra com satisfação a presença da Prefeita aqui nesta Casa.

Com a palavra a Liderança do Governo. Declina.

Está encerrada a hora do expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Walmor

Trentini, constante do expediente. Necessita apoioamento. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Cleiton Kielse, constante de expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 008/97, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Evangélica Emanuel, de Desenvolvimento Assistencial, Educacional e Cultural, com sede e foro no Município de Itambaracá. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO E LEI Nº 008/97
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Evangélica Emanuel de Desenvolvimento Assistencial, Educacional e Cultural, com sede e foro no Município de Itambaracá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.08.97

(aa) CÉSAR SELEME - Presidente;

HIDEKAZU TAKAYAMA - Relator.

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 188/97, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Amigos Moradias Shalon, com sede e foro no Município de Curitiba. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 188/97
REDAÇÃO FINAL

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Amigos Moradias Shalon, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22.08.97.

(aa) CÉSAR SELEME - Presidente

RENATO ADUR - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 253/97, de autoria do Deputado João Techy Filho, que declara de Utilidade Pública a Associação de Agricultores e Moradores de Rio da Areia, com sede e foro no Município de Prudentópolis. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 253/97
REDAÇÃO FINAL

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Agricultores e Moradores de Rio da Areia, com sede e foro no Município de Prudentópolis.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22.08.97

(aa) CÉSAR SELEME - Presidente

RENATO ADUR - Relator

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 261/97, de autoria do Deputado Emerson Nerone, que declara de Utilidade Pública a Associação da Casa Di Santa Martha - Centro de Convivência para o Excepcional - ACASAN, com sede e foro nesta Capital. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 261/97

REDAÇÃO FINAL

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação da Casa Di Santa Martha - Centro de Convivência para o Excepcional - ACASAN, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22.08.97.

(aa) CÉSAR SELEME - Presidente

RENATO ADUR - Relator

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 407/95, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que obriga todos os estabelecimentos de ensino do Estado do Paraná, a advertência das consequências do uso de drogas alucinógenas, bebidas alcoólicas, fumo e da prática do relacionamento sexual, sem segurança. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.E.C.E.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 091/96, de autoria do Deputado Beto Richa, que cria a Comissão de Memória Política do Estado do Paraná. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. E C.E.C.E.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 497/96, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que autoriza o Governo do Estado do Paraná, através do Instituto de Previdência Social do Estado - IPE, a implantação de um posto de assistência médica 24 horas, em sistema de plantão para os trabalhadores assistidos por este instituto. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. E C.S.P.. Aprovado, artigo por artigo.**

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei nº 497/96 por 10 (dez) Sessões.

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 502/96, de autoria do Deputado Edgar Bueno, que denomina o Ginásio de Esportes do Colégio Polivalente Pedro Boaretto Neto, em Cascavel, de Ginásio de Esporte Fábio Luiz Buchner. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 049/97, de autoria do Deputado César Seleme, que autoriza o Poder Executivo a determinar ao DETRAN, permitir estacionamento regulamentado de veículos que conduzam ou sejam conduzidos por portadores de deficiência. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.O.P.T.C.. Aprovado, artigo por artigo.**

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei nº 049/96 por 10 (dez) Sessões.

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 242/97, de autoria do Deputado Sâmís da Silva, que dispõe sobre a prática de rafting (descida em corredeiras com botes infláveis). **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.E.C.E.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 317/97, de autoria do Deputado Horácio Rodrigues, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Doutor Cândido Manuel Martins de Oliveira. COM PARECERE FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo**

O SR. PRESIDENTE (Luiz Cláudio Romanelli) - Sobre a mesa, requerimento nº 2068, de autoria do Senhor Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado, À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs 2069 a 2071, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados, À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2072, de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado, À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2075, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kiêlse, constante do expediente. **Aprovado, À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2080, de autoria do Senhor Deputado Luiz Cláudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado, À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs 2081 e 2082, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constantes do expediente. **Aprovados, À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2083, de autoria do Senhor Deputado Caio Quintana, com apoio do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. **Aprovado, À Diretoria Legislativa.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 10, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 333, 337, 344, 350 e 358/97.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 364, 368, 388, 409 e 419/97.

Levanta-se a sessão.